A ILHA E O JARDIM: IMAGENS PARADISÍACAS NAS ORIGENS DO AMBIENTALISMO

ANA CAROLINA CAMBESES PARESCHI
Doutoranda em Antropologia
Universidade de Brasília

GROVE, Richard H. 1996. *Green Imperialism: Colonial expansion, tropical island Edens and the origins of environmentalism – 1600-1860*. Cambridge: Cambridge University Press. xvi + 540 pp.

A pesquisa sobre as relações históricas entre a ecologia, a ciência e a sociedade tem sido aprofundada por uma área relativamente nova do conhecimento: a história ambiental. À medida em que os estudos avançam, podemos notar que são apontadas origens cada vez mais remotas para o nascimento do que hoje chamamos de ambientalismo, ou mesmo de consciência ambiental ou ecológica. O trabalho de Richard Grove pode ser avaliado como um dos mais profundos e inovadores do momento nesta área, não só por seus argumentos e por sua pesquisa histórica, mas também por fazer o leitor refletir criticamente acerca da construção que o discurso ocidental fez do "outro".

Através de uma abordagem que muda nosso foco em relação à já tão estudada expansão colonial européia, Grove enfatiza as partes do império muito pouco conhecidas dentro do imaginário e da história ocidental sobre colonialismo: as ilhas Santa Helena, Maurício e San Vicente.

O livro está dividido em oito capítulos. O primeiro é o mais genérico onde o autor coloca seus argumentos principais, situando os lugares de sua análise e fazendo um breve histórico das idéias ambientais, desde a Grécia Antiga até os

inícios da expansão colonial européia dos séculos XV e XVI, ressaltando o papel de Veneza e de alguns italianos. Aqui Grove enfatiza as contradições entre o impacto destrutivo do capitalismo metropolitano nos territórios insulares periféricos e o preservacionismo da visão paradisíaca destas mesmas ilhas presente no imaginário europeu. O segundo capítulo apresenta os interesses, nos séculos XVI e XVII, dos portugueses e dos holandeses pelo estudo da botânica, especialmente, dos modos de conhecimento e manejo da terra oriundos da tradição hindu em oposição à árabe. O terceiro capítulo detalhará os processos de colonização e exploração das ilhas Santa Helena e Maurício efetivados, respectivamente, pelas companhias das Índias Orientais inglesa e holandesa, assim como as primeiras percepções quanto à rapidez e o impacto desse processo sobre as ilhas e as primeiras tentativas isoladas de controlar o uso da terra e sua degradação. O quarto capítulo trata rapidamente dos antecedentes do ambientalismo climático através das teorias newtonianas e de seus usos por ingleses e franceses. O quinto capítulo aprofunda-se no caso de Maurício, no período que Grove considera fundamental para o surgimento do ambientalismo, de 1722 a 1770, quando a ilha passará para o domínio francês e terá entre seus fisiocratas Pierre Poivre. O capítulo 6 enfoca a atuação da Companhia das Índias Ocidentais inglesa e seus fisiocratas nas ilhas do Caribe oriental, ressaltando San Vicente. O capítulo 7 destaca os passos decisivos tomados em direção ao ambientalismo global através da atuação de alguns personagens (ingleses, franceses e alemães) no sentido da profissionalização da ciência botânica, da incorporação definitiva deste tipo de profissional nos quadros das companhias, portanto, dos estados coloniais, e da criação de redes de informação e troca de material entre jardins botânicos coloniais e entre estes e os da Europa. O último capítulo desenvolve o surgimento do ambientalismo de estado na Índia entre meados do século XVIII e meados do século XIX, que irá então servir de modelo para todo o mundo colonial e não-colonial, inclusive para os Estados Unidos.

Segundo Grove, a colonização das ilhas tropicais oceânicas foi o primeiro passo para o surgimento de uma consciência da limitação dos recursos naturais, dado o restrito tamanho destas ilhas e a rapidez com que o capital colonial explorava estes recursos. Foi nestas ilhas (primeiramente em Santa Helena e em Maurício e, posteriormente, em San Vicente) que as primeiras políticas estatais de "conservação" de alguns recursos específicos (como a madeira e a água potável, por exemplo)

exemplo) foram levadas a cabo, já por volta de 1650, e que emergiram as primeiras críticas da degradação ambiental operada pela exploração européia emergiram.

A evolução dessa consciência está intimamente ligada ao gradual surgimento de uma complexa epistemologia européia do ambiente global. Segundo Grove, a dinâmica cultural desta emergência tem sido menosprezada pelos historiadores e é este o ponto central de seu trabalho.

Contrariando as visões que localizam o surgimento da consciência e das atitudes ambientalistas nos Estados Unidos e na Europa unicamente, Grove demonstra como tal consciência irá surgir e se desenvolver não apenas nas metrópoles, mas, principalmente, na crescente periferia colonial, com uma antecedência de mais de um século em relação ao que a literatura ambiental costuma registrar, durante um período que iria de 1650 a 1850. Aqui, o relativo isolamento dos governadores locais e dos naturalistas e médicos, geralmente superintendentes dos jardins botânicos coloniais, e os problemas imediatos por eles enfrentados fizeram com que estes estivessem mais abertos às teorias climáticas que surgiam e cresciam paulatinamente nos meios científicos na Europa e nas colônias, além de estimulá-los a desenvolver um olhar crítico da colonização e seus impactos naturais e sociais (escravidão e exploração indígena) e a pensar em atitudes intervencionistas do estado no uso da terra, coisa muito difícil de se pensar ou executar na Europa da mesma época.

É claro que a Europa desempenha um papel muito importante, já que o colonialismo estabelecia não só as necessidades econômicas dos estados coloniais, mas também as idas e vindas dos cientistas entre a Europa e as colônias, criando-se a troca de informações, idéias e utopias. Mas, será através dos esforços de pessoas como os ingleses Sir Joseph Banks e Sir William Jones, endinheirados entusiastas da história natural, e os naturalistas alemães Johann Reihold Forster e seu filho George Forster, que, entre 1770 e 1810, serão lançadas as bases da profissionalização da história natural e iniciadas as redes de troca de informação e de material (espécies vegetais) entre os jardins botânicos das colônias de San Vicente, Maurício, Santa Helena, Colônia do Cabo e Índia. Será através dessas redes internacionais que as teorias climáticas e outras serão cada vez mais reforçadas e aprimoradas, ganhando dimensões globais.

Grove apresenta a complexidade e a morosidade dos caminhos percorridos por essas atitudes conservacionistas, que tiveram origem nas várias intercone-

xões entre elementos diferenciados, como as taxonomias holandesas, a ciência alemã do período do Romantismo e suas teorias climáticas, o empiricismo e o pragmatismo inglês e escocês, a ciência newtoniana, as ideologias utópicas e fisiocráticas francesas e também os modelos de uso nativo da terra em lugares já habitados antes da expansão européia, como a Índia, as ilhas do Leste do Caribe e a Colônia do Cabo. Tais interconexões estarão impressas de formas e graus diferenciados em diversas personalidades, dentre as quais, Grove dará principal relevância aos fisiocratas franceses da ilha Maurício, Pierre Poivre, Bernardin de Saint-Pierre e Phillibert Commerson e aos cientistas holandeses, alemães e escoceses, em geral, muito interessados no crescimento e profissionalização da ciência e nas teorias climáticas do século XVIII, que acabavam se prestando às explicações sobre o caráter das sociedades. Dentro deste quadro colonial, os ingleses serão os retardatários na sensibilização com as questões da degradação da natureza por eles provocada, sendo muito menos românticos que os outros e, portanto, mais pragmáticos.

Segundo Grove, a Colônia do Cabo sob domínio holandês implementou as primeiras políticas intervencionistas de controle e uso da terra e um jardim botânico já por volta de 1650, devido à posição estratégica do Cabo na rota para o Oriente. O Cabo era a base de suprimentos para as frotas dos navios holandeses, tal como foi Maurício para os holandeses e depois para os franceses, e Santa Helena para os ingleses. Pierre Poivre inspirou-se largamente nos métodos de manejo da terra existentes no Cabo para desenvolver em Maurício, durante o domínio francês, uma política ambiental complexa e sem precedentes, realizada de forma sistemática e com relativo sucesso entre 1722 e 1790. De Maurício saíram os exemplos que serviriam para estimular o surgimento e o desenvolvimento de políticas parecidas em outras colônias das companhias rivais inglesa e holandesa.

Seu livro termina onde começa a história corrente do ambientalismo, em meados do século XIX, atribuindo pouca importância aos norte-americanos George Marsh, Henry Thoreau e outros, considerados os "profetas do conservacionismo", tal como hoje os conhecemos. Sem desmerecê-los quanto ao seu papel no interior do ambientalismo norte-americano, Grove considera que, por exemplo, Marsh teria apenas, através de seu célebre trabalho de 1864, *Man and Nature*, reforçado as teses sobre as relações entre os desmatamentos e as

mudanças climáticas e do solo (as teorias "desertificacionistas") que já vinham sendo colocadas há algumas décadas, especialmente, por Edward Balfour, médico assistente do governo de Madras (Índia) em seus escritos de 1849, e Hugh Cleghorn, também médico assistente do governo de Madras, em sua obra de 1850.

O argumento principal de Grove repousa na afirmação de que o ambientalismo teria raízes fisiocráticas, edênicas e românticas, elementos estes que, muito bem articulados por personagens específicos no contexto das ilhas oceânicas, na Colônia do Cabo e na Índia, puseram a periferia do sistema colonial no centro das formulações das idéias ambientais ocidentais. Dito de outro modo, o ambientalismo teria nascido, em grande parte, do encontro do fisiocratismo com a obsessão francesa de meados do século XVIII pela idéia de ilha, tanto como um lugar especulativo e utópico para a "descoberta" de sociedades idílicas, quanto para a construção de novas sociedades; ou seja, as preocupações com a natureza seguiram de perto as preocupações subjacentes com a sociedade e, por isso, a ordem natural era formulada como essencial para a manutenção da ordem social e moral. O encontro das idéias científicas e idílicas européias com o ambiente insular tropical deu-se de forma exemplar no fisiocratismo e na personalidade de Pierre Poivre.

Grove identifica, portanto, duas formas simbólicas principais para a tarefa de conferir significados e uma epistemologia do mundo natural e das interações do Ocidente com esse mundo: o jardim, físico ou textual, e a ilha. Segundo ele, o jardim sempre representou, no imaginário europeu, principalmente da Idade Média e do Renascimento, o jardim do Éden. É através desta idéia filosófica e religiosa, associada aos interesses científicos e comerciais da expansão colonial européia iniciada durante o século XV, que os jardins botânicos foram desenvolvidos, primeiramente, pelos portugueses entre 1415 e 1487 e depois difundidos para o noroeste da Europa: Itália (entre 1545 e 1557), Holanda (1587), França (1593) e Alemanha (1597).

A ilha também esteve sempre presente nesse imaginário como um lugar distante, isolado e exuberante em recursos naturais; lugar de refúgio e redenção e também lugar infernal, de expiação dos pecados, devido às dificuldades encontradas pelos colonizadores nas ilhas tropicais (novos ambientes, paisagens, animais, plantas, solo, etc). A ilha também está presente como uma figura do possível paraíso terreno da Bíblia.

Ambas figuras, segundo ele, são capazes de prover analogias globais, uma em termos de espécies e outra oferecendo um rol de analogias diferenciadas da sociedade, do mundo, do clima e da economia. Ambas são manipuláveis em termos de tamanho e de fantasia. Ambas oferecem possibilidade de redenção, um domínio onde o paraíso pode ser recriado ou realizado na terra, implicando, então, em uma estrutura para o mundo moral no qual as interações entre as pessoas e a natureza podem ser moralmente definidas e circunscritas.

O jardim e a ilha, segundo Grove, possibilitaram a novidade de estar dentro de fronteiras familiares e, simultaneamente, permitiram e estimularam uma experimentação empírica em termos circunscritos. Ambos organizavam o não-familiar, um em termos de espécies e outro em um sentido mais elevado, o do social. Para Grove, as ansiedades a respeito das mudanças ambientais, climáticas, da extinção de espécies e até mesmo em relação à fome miraram-se nas ansiedades relativas à forma social e motivaram a reforma social, isto é, no centro das preocupações ambientais repousariam as ansiedades acerca da sociedade e de seus descontentamentos, uma das características principais das ansiedades atuais com relação ao meio ambiente.

Entretanto, é sempre bom lembrar que a maioria das idéias ambientalistas só foram, em parte, incorporadas pelos estados coloniais e pelas respectivas companhias das Índias Orientais e Ocidentais (holandesa, francesa e inglesa) devido aos argumentos e possibilidades de lucro, de manutenção das demandas por recursos destas empresas (como a madeira e o comércio de especiarias) e de expansão e controle territorial e social. Embora Grove queira enfatizar as origens edênicas, românticas e fisiocráticas do ambientalismo, fica claro que os objetivos econômicos imediatos dos estados coloniais, em boa parte, moldaram as políticas conservacionistas de seus fisiocratas. Podemos ilustrar isto com os objetivos de cada tipo de política. Por exemplo, as reservas florestais serviam, a princípio, para garantir o monopólio das companhias sobre a madeira e o seu comércio. A troca de mudas entre colônias e entre as colônias e as metrópoles e o plantio de árvores giravam, em grande parte, em torno de espécies européias que se tentava aclimatar nos trópicos, ou de espécies tropicais que tinham valor comercial (as árvores de especiarias indianas, a cana-de-açúcar, o café, o algodão, o índigo, as madeiras de lei, etc). Grove reconhece que estes aspectos econômicos e comerciais foram importantes, mas, de certa forma, minimiza-os, afirmando que eles não seriam os únicos e nem os mais importantes motivos por trás do desenvolvimento dos

jardins botânicos coloniais. Para ele, os motivos religiosos e medicinais teriam sido extremamente relevantes. Além disso, era preciso um conhecimento mínimo a respeito dos potenciais riscos que a empresa colonial iria enfrentar, permitindo, assim, que os cientistas tivessem um lugar proeminente no contexto colonial.

Desta forma, a atuação dos naturalistas e médicos coloniais ocorria, em larga medida, nos vazios e articulações que eles conseguiam fazer entre seus interesses científicos (e sociais) e os interesses econômicos dos estados aos quais estavam vinculados. Sabendo da eficácia dos argumentos econômicos, muitos cientistas e ricos entusiastas utilizavam-se de tais argumentos para convencer estes estados a liberar recursos ou a criar os jardins botânicos e departamentos de florestas, tendo por trás os objetivos científicos. Nem sempre eles lograram atingir suas metas e, frequentemente, adotavam atitudes dúbias e contraditórias.

Outro ponto central do argumento de Grove repousa na afirmação de que o ambientalismo e a ciência ocidental teriam sido influenciados pelos sistemas de conhecimentos nativos do Oriente, notadamente os indianos e chineses. Destacados naturalistas e cientistas europeus do desenvolvimento da ciência e das teorias sobre o meio ambiente, desde o século XVI, tiveram contato com esses sistemas *in loco*, apreciando os usos medicinais de uma série de plantas e buscando as explicações dos próprios nativos. Tanto o português Garcia da Horta quanto o holandês Hendrik van Reede tot Drakstein, cujos trabalhos foram importantes referências para o desenvolvimento da base da ciência botânica no Ocidente, valorizaram enormemente o conhecimento botânico indiano e oriental, incorporando-o ao sistema europeu, com seus objetivos muito mais medicinais do que comerciais. A troca de conhecimentos e mudas entre estes autores e os nativos indianos, através de redes onde os jardins botânicos de Leiden, do Cabo, de Malabar e da Batávia formavam um eixo, estabeleceu a base intelectual e informativa e o modelo da botânica desenvolvida posteriormente nos impérios coloniais inglês e francês do século seguinte.

Desde antes da Idade Média, a Europa manteve relações constantes com o "Oriente", tanto comerciais quanto filosóficas e religiosas, nutrindo, de certa forma, uma espécie de "Orientalismo" que irá se desenvolver durante os séculos XVII e XVIII de modo acentuado, sempre relacionado a uma idéia de Éden e da sua procura. Este imaginário esteve muito presente na literatura de viagem e nos ensaios que desenvolveram utopias sociais e religiosas nos séculos XV, XVI e XVII. Especialmente na literatura de viagem, o Novo Mundo era transformado

em mercadoria, em objeto e em tema para o viajante, para o mercador ou para o cientista europeu. Esta objetificação parece permanecer no Orientalismo hoje conhecido, na medida em que continua a objetificar e a exotizar o "outro" e o "Oriente", a consumi-los como mercadorias e *souvenirs*. Se, por um lado, parece apreciar um sistema de conhecimento, de crença e de objetos, por outro, romantiza, estetiza e objetifica estes mesmos elementos para seu uso. Para Grove, o "Oriental" sempre foi considerado uma extensão mais refinada de uma procura antiga e geograficamente mais global pelo "natural" e pelo "outro".

Assim, seu livro e seus argumentos nos fazem refletir sobre as históricas construções ocidentais do "Outro". Um "outro" que em relação ao "Ocidente" pode ser o "Oriente", o "selvagem" (ou o "índio"), a "ilha". Em todos os casos, permeiam as projeções contraditórias e/ou polarizadas do Ocidente que oscilam, essencializando um lado "bom" e um lado "ruim" de cada um destes outros, que são tanto "exóticos" e "edênicos" quanto "bestiais". No "Oriente" repousaria o holismo, a harmonia e a sabedoria, mas também o completamente exótico, o oposto e o radicalismo "anti-democrático". No "índio" estão projetadas imagens tanto de "bom selvagem" como de "canibal primitivo". Na "ilha", tanto as imagens do refúgio, da redenção e de um projeto social utópico quanto a da purgação e do isolamento. Para Grove, as ilhas, tal como o Oriente, podem ser distanciadas, objetificadas e romantizadas pelo pensamento ocidental.

Da mesma forma que o discurso ocidental sobre o "Outro", o discurso ambientalista, como seu produto, encontrará um mesmo tipo de essencialização da natureza e dos povos. A natureza foi historicamente tratada pela ciência, e, diga-se de passagem, pela ecologia, como o lugar das harmonias, dos equilíbrios e da interrelação holística das partes com o todo, onde há leis que regulam tudo isso. Os povos (não-ocidentais) foram, e são ainda, frequentemente, considerados como os últimos redutos de salvação das próprias sociedades ocidentais: aqueles que supostamente conteriam em si a fórmula da harmonia na relação homem-natureza e, portanto, aqueles que devem permanecer "puros", "incorruptíveis", "estáticos", "selvagens" e "exóticos", ou seja, busca-se uma espécie de perfeição, projeção utópica de nossas próprias críticas sociais e pessoais.

Há uma aparente inconsistência no argumento de Grove de que o ambientalismo ocidental teria uma base fundamental em sistemas de conhecimento nativos. Tal inconsistência pode ser resolvida se ampliarmos o sentido que o

autor dá ao termo "conhecimentos nativos": são tanto "indígenas" como os dos colonos e administradores locais.

Enquanto fica bem demonstrado o uso pela ciência botânica ocidental dos sistemas de conhecimento e manejo da natureza orientais (indianos, chineses, etc) para a constituição de suas bases, o mesmo não fica claro para o caso da Colônia do Cabo e de San Vicente. Grove afirma, para o caso do Cabo, que os naturalistas contratados pela companhia holandesa tinham ordens expressas de seus chefes, também naturalistas, para registrar o maior número de informações possível sobre o conhecimento nativo das espécies e do manejo da terra. Para o caso de San Vicente, a questão muda um pouco de figura.

Em San Vicente, o império inglês se deparou pela primeira vez com uma forte e sistemática resistência dos indígenas locais — os Caribe — aos modos de controle territorial impostos pelo estado e seus fisiocratas na forma das reservas florestais e do conceito de propriedade privada. Lá, a política conservacionista esteve diretamente associada ao crescimento do controle e da dominação sobre os povos conquistados. Grove ressalta que, embora esta resistência dos Caribe tenha ocorrido por um período relativamente curto, de cinco anos, ela certamente afetou as atitudes ambientalistas coloniais, seja adiando-as, seja obrigando os administradores a revê-las. Assim, a construção colonial da paisagem em San Vicente foi temporariamente alterada e adaptada para atender aos requerimentos dos Caribe, além das opiniões e políticas que se desenvolveram nos círculos governamentais de San Vicente, após 1783 serem muito mais constrangidas pelos interesses indígenas e locais (dos colonos europeus). Diferentemente do caso indiano, em San Vicente a influência nativa sobre a construção do ambientalismo não estava diretamente relacionada com o estudo das instituições e conhecimentos Caribe acerca do meio ambiente, mas à resistência destes e suas exigências frente à dominação colonial. Este fato irá despertar a atenção de alguns fisiocratas ingleses do final do século XVIII para as questões da injustiça social presente na dominação destes povos pelos europeus e, conseqüentemente, para a crítica ao colonialismo, que Grove identificará com uma moralidade ambiental.

Além disso, Grove afirma que os naturalistas e médicos da periferia colonial tiveram que desenvolver novos conhecimentos e manejos do mundo natural, já que os ambientes e as espécies lhes eram estranhas e, para isso, foi fundamental a utilização dos conhecimentos já existentes do local.

Embora o trabalho de Grove não se proponha a pensar sobre as abordagens antropológicas do discurso ocidental sobre o "outro", identificando os atores sociais e suas utilizações dos símbolos como instrumentos de poder, é possível refletir através dele sobre estes elementos, ou seja, refletir sobre por quem, quando, como e contra o que se constroem nossos símbolos.

Para dar conta de seu argumento, Grove dedicou mais de 20 anos à sua pesquisa, levantando os mais diversos tipos de fontes bibliográficas, desde tratados e estudos da Grécia Antiga, passando pelas narrativas de viajantes europeus sobre as várias partes do mundo e documentos oficiais coloniais, até os trabalhos mais recentes sobre história ambiental. Grove parece passear entre as fontes que incluem áreas como física, geografia, filosofia, história, botânica, medicina, climatologia, ciências sociais, entre outras. O livro é muito bem escrito e os capítulos bem articulados. Sem dúvida, esta é uma referência obrigatória para aqueles que querem se aprofundar nos estudos das idéias e das questões ambientais no Ocidente, ou em uma antropologia histórica da consciência do meio ambiente global, para usar os termos de Grove.